



A CONCEPÇÃO DE ARON SOBRE A TEORIA DE CLAUSEWITZ E O NEXO COM A ERA NUCLEAR

Anna Carolina Monéia Farias¹

Aluna da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. E-mail: carolmoneia@hotmail.com

RESUMO

Clausewitz, general prussiano, refletiu acerca da guerra e da política no contexto de guerras napoleônicas. Dentre a sua teorização, destacam-se os conceitos de Guerra Real e Guerra Absoluta, na qual a primeira contempla um aspecto real, embasada na experiência prática, enquanto a segunda trata-se de uma concepção ideal, em termos abstratos. A Guerra Absoluta é um conceito do tipo puro ideal em que Clausewitz apresenta uma guerra fundada em extremos, isto é, na utilização máxima, e de modo instantâneo, da força que prevê o aniquilamento do inimigo. Diante disso, as inovações da era nuclear permitiram que estudiosos de Clausewitz interpretassem o conceito de guerra absoluta nesta conjuntura. Desses destaca-se Raymond Aron e sua densa obra sobre o autor. Portanto, esta pesquisa faz uma investigação acerca da literatura de Aron no que tange a aplicação do conceito de Guerra Absoluta em um contexto mais recente de pós-Guerra Fria de forma a avaliar o nexo da teoria com a Era Nuclear.

Palavra-chave: Clausewitz. Era Nuclear. Guerra Absoluta. Raymond Aron.

INTRODUÇÃO

Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano e autor de uma das obras mais relevantes no tocante da literatura militar, o livro “*Da Guerra*”. A sua criação se deu como desdobramento sobre suas reflexões a respeito da era napoleônica, de forma que a sua teoria está intrinsecamente relacionada às suas observações e à experiência vivida nesse contexto.

A Revolução Francesa e as guerras napoleônicas constituíram uma novidade histórica em diversos sentidos: “dissolveu relações feudais; trouxe o povo para a política, concedendo-lhe direitos até então negados; secularizou as propriedades da

Igreja; promoveu a reforma agrária; acabou com o poder dos nobres e colocou a guilhotina em ação.” (BIANCHI, 2014, p. 9).

Das batalhas desse período, o general pode observar que

Subitamente a guerra tornou-se uma atividade do povo - um povo de trinta milhões, todos considerando-se cidadãos. Não precisamos estudar em detalhes as circunstâncias que acompanharam esta tremenda evolução. Só precisamos observar os efeitos que são pertinentes à nossa análise. O povo passou a tomar parte nas guerras. Em vez dos governos e dos exércitos, como até então, todo o peso da nação foi jogado na balança. Os recursos e os esforços agora disponíveis para serem utilizados ultrapassaram todos os limites convencionais. Nada obstruía agora o vigor com que a guerra podia ser travada e, conseqüentemente, os oponentes da França enfrentavam o maior perigo. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 701).

A participação da sociedade assume, então, um ponto nevrálgico da teoria clausewitziana: a inserção do "fator psicológico no centro das suas reflexões teóricas". (PARET, s.d., p. 11) Os elementos morais são de fundamental importância na guerra, de modo que a coragem dos soldados e o sentimento patriótico são dois dos principais elementos morais postulados pelo general. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 210) No caso das guerras francesas, a motivação psicológica de toda a sociedade, embalada pelo entusiasmo da causa da revolução, foi levada, pela primeira vez, ao campo de batalha de forma que os combates se davam como espasmos decisivos, praticados intensamente até os inimigos cederem.

A mobilização de recursos para a guerra alcançou também nível inigualável a qualquer ocasião anterior, de forma que se tornava possível assumir maiores riscos em campanhas e permitir atingir objetivos políticos de maiores grandezas. (PARET, s.d., p. 9)

Dessa forma, as guerras napoleônicas aproximaram-se do que Clausewitz propôs por Guerra Absoluta: um conceito teórico, abstrato, no plano ideal que articula ações de caráter extremado e violento dentro da guerra. Segundo Passos (2014b):

as guerras napoleônicas apresentaram como novidade histórica uma aproximação nunca antes vista com a guerra absoluta e aquilo que caracteriza a verdadeira natureza, a peculiaridade da guerra na acepção clausewitziana frente a outros fenômenos: a violência. Neste caso, as guerras napoleônicas exacerbaram a intensificação da manifestação da violência. Isto porque nunca antes na história se viu tal entusiasmo, fúria, paixão, motivação psicológica – aquilo que Clausewitz (1984) chamou de elementos morais de um exército – por parte dos combatentes franceses sob o comando de Bonaparte. (PASSOS, 2014b, p. 153).

A guerra absoluta é então tomada como um parâmetro geral para se refletir sobre as conduções dos mais variados conflitos bélicos, assim como suas manifestações e intensidades de violência. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 688) Segundo o autor, “o mesmo espírito de investigação analítica que cria uma teoria deveria orientar também o trabalho do crítico, que tanto pode como deve entrar muitas vezes nos domínios da teoria para elucidar quaisquer pontos de excepcional importância”. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 175)

É diante disso que este trabalho procura refletir sobre a interpretação que o conceito de Guerra Absoluta pode assumir a partir da utilização de armas nucleares na conjuntura atual, uma vez que o advento dessas armas consiste em uma aproximação aos parâmetros da Guerra Absoluta de Clausewitz, tal qual observado pelo general em sua época.

Portanto, considerando a capacidade de atualização da teoria, indicada pelo próprio general, busca-se averiguar como a historicidade da abordagem da guerra por Clausewitz permite estabelecer uma relação e reinterpretação plausível com a literatura contemporânea sobre o tema. Da mesma forma, procura-se avaliar essa relação entre a Guerra Absoluta e a Era Nuclear na contribuição literária de Raymond Aron.

O CONCEITO DE GUERRA ABSOLUTA PARA O GENERAL CARL VON CLAUSEWITZ

Em *Da Guerra* (s.d.), o general prussiano, Carl von Clausewitz, refletiu a relação entre guerra e política, estabelecendo duas concepções distintas sobre guerra: a real e a absoluta. Em termos mais amplos, a guerra real corresponde àquela que existe em toda a sua complexidade, isto é, suscetível às probabilidades, acasos e imprevistos, enquanto que a guerra absoluta trata-se de uma fantasia lógica, elaborada em termos abstratos. Ambas as conceituações merecem destaque para a compreensão do tema proposto.

Uma das concepções máximas do general versa sobre “a guerra ser meramente a continuação da política por outros meios”, isto significa dizer que “a guerra é apenas uma extensão da atividade política; que ela não é de modo algum autônoma.” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 717) Todo o empreendimento e condução das

operações militares ocorrem submetidos à política de forma que o planejamento e o caráter da guerra sejam determinados pela política. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 719).

No interior da guerra, atuam forças que Clausewitz denominou de trindade paradoxal: violência, ódio e inimizade. Da qual a primeira corresponderia às pessoas, a segunda ao comandante e a última, ao governo. Disso, tem-se que:

as paixões que serão inflamadas na guerra já devem ser inerentes às pessoas. A liberdade de ação que o jogo de coragem e talento desfrutará na esfera da probabilidade e do acaso dependerá do caráter específico do comandante e do exército, mas os propósitos políticos são apenas um assunto do governo. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 93).

Segundo Clausewitz (s.d., p. 75), as guerras correspondem a um duelo em larga escala, de maneira que os oponentes se esforçam – pela força física – a fazer com que o outro ceda à sua vontade e se torne incapaz de resistir. Mas, se o propósito é desarmar o inimigo, é dado que a ação será recíproca de forma que se um dos lados intensificar os seus esforços para superar o outro, este também responderá com esforços tão significativos quanto for possível.

A busca pela superação em relação ao outro leva aos ataques de maior intensidade, resultando ao que o general propunha, em tese, aos extremos, mas que, na realidade, era contida por imprevistos, probabilidades e também pelos próprios interesses políticos. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 77).

Sendo assim, a guerra real é submetida à ação política de forma que a sua manifestação de violência se dá variavelmente na intensidade, velocidade e intervalos que forem suficientes. O combate, por exemplo, não é contínuo durante a guerra. O confronto é por vezes suspenso por períodos de observação entre os lados que ficam na defensiva. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 248) Há um reconhecimento, por Clausewitz, das particularidades da guerra real que fogem de esquematismos e modelos de guerra.

Dessa forma, o general reconhece a complexidade da guerra real, considerando o que ele chama de fricção, ou seja, as dificuldades, acasos e imprevistos que ocorrem na guerra e que as diferem de um plano teórico: “inúmeros incidentes de pequena importância - do tipo que você nunca pode realmente prever - combinam-se para reduzir o nível geral de desempenho, de modo que ficamos sempre aquém da meta desejada”.

Clausewitz (s.d., p. 92-131); e compara a guerra a um camaleão, devido a sua variabilidade histórica e certa capacidade de adaptação de suas características em determinadas circunstâncias.

A relação da Guerra Real com a Absoluta proposta pelo general se dá a partir da escalada aos extremos no desejo de sobrepor a sua vontade ao outro, isto é, o momento em que a política é diminuída no sentido de regular o uso da violência e as forças são levadas ao extremo. (CLAUSEWITZ, s.d.).

Da observação de Clausewitz (s.d.) das guerras napoleônicas, o general pode perceber uma dimensão diferenciada de combate, de forma que correspondia a uma novidade histórica devido a sua intensidade. A partir disso, o general elaborou o conceito de guerra absoluta, que se trata de uma concepção teórica de guerra em perspectiva extrema, pura e perfeita. A França napoleônica diante da sua mobilização e manifestação intensa de violência – em que Napoleão liderava batalhas decisivas e sem tréguas até vencer o inimigo – além dos recursos configurou o que Clausewitz apontava ser uma aproximação com a guerra absoluta.

Portanto, a guerra absoluta conceituada pelo general corresponde a uma forma abstrata de guerra, uma fantasia lógica, “impregnada pela ânsia de uma decisão” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 579) em que o uso da violência leva a três pontos extremos, conhecida como lei dos extremos: a ação recíproca de ataques; o objetivo de eliminar o inimigo; e, por último, o emprego máximo de esforços.

O primeiro caso de extremo diz respeito à tentativa de ambos os lados em constranger o inimigo, levando a destruição mútua. Isso ocorreria diante das constantes tentativas de superação por ambos os lados em que cada ação seria dada com esforços maiores do que os anteriores. Na observação do autor,

A tese deve ser repetida, portanto: a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego desta força. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. Tem início uma ação recíproca que deverá, em tese, levar a extremos. Este é o *primeiro caso de interação e o primeiro “extremo”* com que nos deparamos. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 77).

Na guerra absoluta, os beligerantes compartilham da mesma opinião – são ambos mutuamente destruidores, dando procedimento à escalada contínua de ações recíprocas de violência – e sem interrupções – levando ao ímpeto extremo de compelir o oponente ante todas as coisas. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 686)

O segundo ponto da lei dos extremos diz respeito à necessidade de derrotar o inimigo de forma definitiva, pois, conforme reflexão de Clausewitz (s.d., p.78): “Enquanto eu não tiver derrotado o meu oponente, estarei fadado a temer que ele possa me derrotar. Assim, não estou no controle da situação”.

Se na guerra real, há a concepção de ser esta somente um instrumento da política de forma a moldá-la suficientemente aos seus objetivos, na guerra absoluta a noção de desarmar o inimigo para que não seja capaz de reagir é levada a outra proporção. O parâmetro utilizado para esta é o aniquilamento do inimigo. Em *Da Guerra* (s.d.) é destacado nas batalhas francesas a grandiosidades dos ataques e contra-ataques que aniquilavam inapelavelmente o inimigo.

O último “extremo” diz respeito aos esforços empreendidos para se atingir a vitória:

Supondo que você chegue desta maneira a uma estimativa razoavelmente precisa do poder de resistência do inimigo, você pode ajustar os seus próprios esforços de acordo com ele, isto é, você pode intensificá-los até superar os do inimigo ou, se isto estiver além dos seus meios, tornar os seus esforços tão intensos quanto possível. Mas o inimigo fará o mesmo. Novamente isto resultará numa competição e, puramente em tese, ela deverá obrigar vocês dois a chegarem a extremos. Este é o *terceiro caso de interação e o terceiro “extremo”*. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 78).

Para o general, “se você deseja sobrepujar o seu inimigo, deve combinar os seus esforços contra o seu poder de resistência, que pode ser expresso como o produto de dois fatores inseparáveis, isto é, a totalidade de meios à sua disposição e a força da sua determinação.” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 78) O primeiro fator, os meios disponíveis, depende especialmente dos números e deve ser mensurável, enquanto que o outro corresponde a um fator subjetivo, ou seja, a força de determinação é mais complexa de ser definido, apenas pode ser suposta através do estímulo que a impulsiona.

Segundo Clausewitz (s.d., p. 77), na guerra absoluta é imprescindível o uso máximo da violência de forma que “a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego desta força”.

Diante disso, é importante “observar que enquanto a política é aparentemente ofuscada num determinado tipo de guerra, e apesar disto fortemente evidenciada em outro, os dois tipos são igualmente políticos.” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 92) Isso significa que ainda que a guerra seja uma ferramenta política, a (aproximação com)

Guerra Absoluta se caracteriza por um afastamento dessa premissa em direção ao propósito de destruição do inimigo, de forma que o escopo militar e político se coincidirão cada vez mais, tornando a guerra mais militar e menos política.

Fosse ela [a guerra] uma manifestação de violência total, livre de restrições e absoluta (como exigiria o seu conceito puro), usurparia por sua própria e independente vontade o lugar da política no momento em que esta fosse posta em vigor. Ela expulsaria a política das suas funções e dominaria de acordo com as leis da sua própria natureza, de maneira bem semelhante a uma mina que só pode explodir da maneira ou na direção predeterminada pela sua ajustagem.” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 90).

Portanto, o conceito de guerra absoluta de Clausewitz representa uma fantasia lógica que contempla aspectos extremos da guerra, a partir de uma dialética com a guerra real em que seu fim puro é a guerra pela guerra. Dessa forma, representa um conceito teórico, visto que para o general, os homens e suas ações estão sempre “um pouco aquém da perfeição e nunca atingirão inteiramente o melhor absoluto.” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 79).

A CONCEPÇÃO DE ARON SOBRE A TEORIA DE CLAUSEWITZ E O NEXO COM A ERA NUCLEAR

Raymond Aron é um importante intérprete de Clausewitz e pode, através dos seus estudos, estabelecer uma relação entre a teoria do general com a conjuntura contemporânea. Em “*Pensar a Guerra, Clausewitz*” (1986), composta por dois volumes, Aron expõe uma análise mais complexa e aperfeiçoada do pensamento do general.

Primeiramente, para que pudesse ser plausível a associação entre o conceito de guerra absoluta e a era nuclear, Aron refletiu sobre o pensamento de Clausewitz quanto a historicidade de seus conceitos de forma a que o levasse a propor um nexo da Guerra Absoluta de Clausewitz com a era nuclear.

Uma vez que *Da Guerra* (s.d.) nunca foi completamente acabado - no sentido de que o próprio autor só se manifesta como satisfeito com o primeiro capítulo do livro I (ARON, 1986a, p. 17) – Aron faz um estudo do pensamento do general e observa dois momentos na obra: o primeiro refere-se à interpretação inicial de Clausewitz a alguns temas; o outro corresponde a uma interpretação mais madura, desenvolvida principalmente nos últimos três últimos anos de sua vida, em que pode

analisar com mais cuidado e compreender completamente a diferença entre conceito e realidade, e, portanto, a qualidade de fantasia, irrealidade, da Guerra Absoluta.

Aron destaca que a obra de Clausewitz é marcada por um

sistema conceitual [que] sugere múltiplas normas, mas a níveis e em função de argumentos diferentes; ora as normas resultam necessariamente dos conceitos ou dos princípios e apresentam uma verdade abstrata, ora se fundamentam na experiência histórica e não valem nada além desta experiência limitada, ora resultam de uma lógica de um tipo de guerra, da mesma maneira que, em Montesquieu, certas leis resultam da natureza ou do princípio do tipo de governo. (ARON, 1986a, p. 23).

Dessa forma, Aron (1986) aponta que existe uma pluralidade de possíveis interpretações da obra do general tanto no seu tempo quanto na atual conjuntura, de forma que seja válida a proposição de analisar a teoria de Clausewitz em relação à era nuclear à medida que seja respeitada a diferença entre o que foi proposto pelo general, assim como toda a particularidade do momento, e os prolongamentos das interpretações posteriores que se mantiveram conservadas até atualmente:

que a luta tome, em cada conjuntura histórica, uma forma própria, uma intensidade mais ou menos grande, em outras palavras, que a conjuntura histórica (ou política, se se preferir) leve consigo os traços da guerra, a ideia lhe parece evidente e, de resto, banal. (ARON, 1986a, p. 21).

O autor sustenta que a interpretação de Clausewitz nos termos atuais não consiste em uma “aplicação mecânica” dos conceitos propostos pelo general, “mas na fidelidade de um método”. Uma vez que a guerra é comparada a um camaleão devido ao sua capacidade adaptativa e, portanto, diferente de conjuntura para conjuntura, assim como complexa em cada uma dessas situações, cabe ao homem de Estado, ao governo, “determinar a natureza própria de tal guerra singular que lhe incube compreender ou conduzir”. (ARON, 1986b, p. 174).

Ademais, as armas nucleares não alteram a “lógica” da guerra, isto é, a de ser a guerra uma continuação da política, mas modificam notoriamente a “gramática”¹ da guerra, o modo de ser concebido o combate, a condução da guerra, pois, segundo Aron, a pluralidades das armas e a própria existência de armamento

¹ Segundo Passos (2014a, p: 40-41), a acepção de gramática para Clausewitz corresponde às peculiaridades e às regras da guerra – ligadas à violência - que não são, em todos os casos, próprias da política. Esse conjunto de “leis isoladas da guerra” estaria no plano teórico e também poderia estar presente na guerra quando esta se aproximasse dos extremos.

atômico tende a conduzir as guerras pelo menos no que tange ao máximo de violências abstratamente considerável. (ARON, 1986b, p. 173).

Posto a validade de interpretação da teoria de Clausewitz, Aron reafirma que a Guerra Absoluta trata-se apenas de um conceito abstrato, distinto da realidade, a guerra pela guerra, longe “de suas origens e de seu fim, separada, portanto de sua política enquanto condição ou finalidade”. (ARON, 1986a, p. 113) Mas, apesar de ser um tipo puro ideal, é novamente problematizada no contexto de era nuclear, em que a explosão de uma bomba atômica reflete características extremas da teoria.

Segundo Aron, as armas nucleares nunca foram realmente experimentadas, mas sim testadas no cenário que deu fim à Segunda Guerra Mundial, uma vez que o sentido de combate exprime um ataque nuclear contra outra força nuclear, diferente do que ocorreu em 1945. (ARON, 1986b, p. 132) A destruição do oponente em termos nucleares escamoteou a discussão dos objetivos políticos, no sentido de que a rendição incondicional e o aniquilamento não podem ser caracterizados como tal.

Todavia, essas guerras que se aproximam da perfeição não são mais ou menos políticas do que as demais, de forma que o traço abstrato se configure a partir da própria política e o fato de serem separadas de suas causas e intenções representa uma dupla irrealidade. (ARON, 1986b, p. 143) Aron observa que a decisão pelas armas provém, então, da natureza abstrata da guerra, uma vez que, no mundo real, existe a diplomacia e outros caminhos. (ARON, 1986a, p. 167)

toda guerra, mesmo que fosse nuclear, permaneceria ligada à política de onde ela emana e aos fins em direção aos quais tende o político responsável mas, de modo diferente aos das outras guerras, legítimas em certas circunstâncias, a guerra termonuclear não é admissível enquanto meio; não seria racional utilizar armas de destruição massiva e é possível preservar a paz. Em outras palavras, a *Formule*² mantém sua verdade científica; os traços fenomenais da guerra nuclear possível sugerem princípios de ação específicos, isto é, a vontade de não travar a guerra. (ARON, 1986b, p. 252).

Da mesma forma, Aron observa que a bomba atômica aproxima-se ao caráter absoluto da guerra através da perspectiva de aniquilamento do oponente. É importante destacar que Clausewitz não previa a exterminação do povo, mas sim o aniquilamento das forças armadas, de forma a que o vencido se colocasse em posição de submissão e sem meios de réplica. (ARON, 1986b, p. 121).

² Formule é o termo em francês de Fórmula, utilizado por Aron para fazer alusão ao entendimento de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Entretanto, os ataques em Hiroshima e Nagasaki remetiam a um aniquilamento que abrangia a população e não mais somente as forças armadas inimigas. No caso japonês a rendição veio mesmo sem atingir as forças armadas. (ARON, 1986b, p. 120).

A utilização desses armamentos previa a rendição incondicional do inimigo, o que corresponde em termos político a uma justificativa vaga e infundada. Bastava o bombardeio e a ameaça de bombardeio para que se pusessem na condição de subordinação. (ARON, 1986b, p. 135) Após 45, a lembrança do ocorrido em Hiroshima e Nagasaki era suficiente para difundir o medo.

Entretanto se o caso de 1945, em que foi o único momento de uso de armamento nuclear em guerra, representa um teste, para Aron, na teoria, o aniquilamento tem o mesmo sentido de uma estratégia do suicídio. A guerra absoluta representa, então, uma função praxeológica³ das consequências de utilização dessas armas: “lembra a cada um dos adversários o perigo que ele corre caso o outro lhe imponha a lei dos extremos; talvez lembre também aos adversários o risco do suicídio comum”. (ARON, 1986b, p.55).

Mas, segundo Aron, “é a política, e não as armas, que cria o perigo”. (ARON,1986b, p. 235) É a política, portanto, que modera o caráter da guerra. Ao considerar a trindade da guerra

o elemento guerreiro que acarreta a violência hiperbólica das guerras reais, o ódio e a hostilidade, inclina-se mais em direção ao povo, ao passo que as forças morais, mencionadas no segundo momento, o jogo da coragem no campo das probabilidades e do acaso, pertencem, antes de tudo, ao chefe de guerra. A ele é atribuída a livre atividade da alma, ao chefe de Estado a determinação dos fins, portanto a supremacia, já que a guerra deve obedecer à política assim como o instrumento ao operário ou o meio ao fim”. (ARON,1986a, p. 184).

Do ponto de vista de tal trindade definidora da guerra na acepção clausewitziana, a era nuclear pode levar a um “eclipse” da supremacia da política. Isto porque a centralidade do enfoque nos meios – os armamentos nucleares – priva o foco sobre a inteligência política da guerra. Pela ótica desta definição trinária, o elemento hostil e a livre alma criativa não seriam tão dotados de opções, em vista justamente do evidente resultado desastroso que marcaria um apocalipse nuclear.

³ Praxeológico refere-se à praxeologia. Isto é, uma síntese de aspectos da teoria para a sua aplicação a um contexto prático específico na forma, por exemplo, de uma doutrina.

Isto é, a política deve, acima de tudo, ser um atenuante do ódio e da livre alma (nos seus eventuais direcionamentos para um conflito nuclear) em vista do cenário da destruição do planeta. Acrescente-se ainda que toda discussão hipotética sobre cenários do referido apocalipse nuclear não guarda qualquer possível correspondência com a realidade em função dos motivos acima expostos. Ou seja, seriam meramente teóricos na medida em que uma destruição do planeta não ensejam argumentos factíveis sobre a própria sobrevivência humana no planeta.

Portanto, “a ação é substituída pela ameaça, a decisão pela dissuasão”. (ARON, 1986b, p. 131) O poder deste está justamente na incerteza do uso ou não da violência ilimitada, de forma que a prudência e a responsabilidade avaliam os possíveis meios de réplica e barram o ímpeto pelo ataque. (ARON, 1986b, p. 134) Segundo Aron (1986, p. 155) a consequência disso não é o desarmamento ou redução dessas armas, mas uma cooperação entre adversários no estabelecimento da “paz armada”.

Dessa forma, Aron reformula a comparação de que Clausewitz se referia à guerra real a uma operação de compra efetuada a crédito em que o derramamento de sangue seria análogo ao pagamento dos créditos em dinheiro, dando um novo sentido: a guerra passa a ser uma operação de promissórias em crédito, na qual o seu pagamento se daria pela detonação de armas atômicas. Aron denomina esse contexto de “promissórias da dissuasão”. (ARON, 1986b, p. 131).

Sendo assim, a partir de então marcam-se dois movimentos: de ascensão ou subida em relação ao espasmo termonuclear e descida em direção a observação armada.

Aron, (1986b, p. 171) Segundo Aron, “a suspeita mantém a rivalidade de armamentos; o interesse comum freia a ascensão aos extremos e conduz novamente rumo à observação armada.” (ARON, 1986b, p. 122).

Mediante o exposto, o risco da escalada constitui um mecanismo da dissuasão, considerando a vontade comum dos oponentes de evitar a ascensão e o confronto nessas proporções. (ARON, 1986b, p. 168) Com isso, a dissuasão passa a ter um fim defensivo: impedir o ataque do oponente. (ARON, 1986b, p. 223).

Há indícios de que Aron não tenha em “*Paz e Guerra entre as Nações*” (2002) realizado um exame mais acurado e maduro do pensamento de Clausewitz, na medida em que o apresenta, entre outros pontos, como um entusiasta da violência

da guerra e sua manifestação, como tal, grandiosa e terrível⁴. Neste sentido, segundo Aron, Clausewitz não se indignaria e nem se congratularia com isso. (ARON, 2002, p.72).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma com que Clausewitz traçou suas reflexões longe de esquematismos que permitissem a sua adaptação em diferentes conjunturas históricas, tais quais “um verdadeiro camaleão” permitiram que Raymond Aron traçasse importantes considerações quanto a teoria de Guerra Absoluta e a Era Nuclear. As explosões em Hiroshima e Nagasaki resultaram no ressurgimento do debate teórico do general, principalmente no que se diz à comparação entre o conceito abstrato de Guerra Absoluta e a perspectiva de aniquilamento do oponente de uma bomba atômica.

Aron percebe, então, que o espasmo único de um ataque nuclear com o objetivo de eliminar o inimigo reflete a característica extrema de destruição da Guerra Absoluta. Entretanto, destaca que o ocorrido no Japão não se pode caracterizar como guerra diante da incapacidade de retaliação pelo país. E em um cenário real de guerra nuclear, a ação recíproca dos oponentes resultaria, assim, em um apocalipse nuclear.

É, portanto, evidente que diante de tal irracionalidade do uso do armamento nuclear, a dissuasão passa a ser o ponto central na atualidade. O armamento nuclear passa a servir como uma defesa pela capacidade de intimidar o oponente a atacar. E, a realidade tem, assim como na Revolução Francesa, se aproximado da teoria ora posta como uma fantasia lógica, uma forma abstrata de se pensar a guerra em modos extremados.

ARON'S CONCEPTION ON THE CLAUSEWITZ THEORY AND THE NUCLEAR ERA

ABSTRACT

Clausewitz, a Prussian general, proposed reflexions about war and politics observed through the context of Napoleonic wars. However, his theory is not

⁴ Ver a respeito CECÍLIO (2016).

restricted to his historical period. Therefore, it constitutes the base for many academic's reflections in different generations. One of his main thoughts concerns elaboration of concepts such as real war and absolute war. The first one, according to the author, is present in historical and actual realm, concrete in terms of high complexity, probabilities, luck, chance, and unpredictable, while the second one is an abstract definition. Absolute War is a concept of pure ideal type in which Clausewitz presents a war founded in the extreme intensity of violence manifested at once. Thus, the innovations of the nuclear age allowed Clausewitz scholars interpret the concept of absolute war at this new conjuncture. Raymond Aron stands out for his dense work of the author. Therefore, this research is an investigation about Aron's literature regarding the application of the concept of Absolute War in a more recent post-Cold War context in order to assess the theory of connection with the Nuclear Age.

Keywords: Clausewitz. Absolut War. Nuclear Era. Raymond Aron.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**, Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a era européia**, Brasília: Universidade de Brasília, 1986a.

_____. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a era planetária**, Brasília: Universidade de Brasília, 1986b.

BIANCHI, Alvaro. Prefácio: **Clausewitz: Guerra, Política e Revolução**. In: **PASSOS**, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a Política**. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 9-18.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.

CECÍLIO, Matheus de Freitas. **Aron e Clausewitz: Uma Leitura Epistemológica**. Marília: 2016. Relatório apresentado à Fapesp.

PARET, Peter. **A Gênese de Da Guerra** In: _____ **CLAUSEWITZ**, Carl von.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a Política, uma leitura da obra "Da Guerra"**, Ijuí: Unijuí, 2014a.

_____. **Maquiavel e Clausewitz: Da arte da guerra à política por outros meios**. In: **SALATINI**, Rafael; **ROIO**, Marcos del (Org.). **Reflexões sobre Maquiavel**. Marília: Cultura Acadêmica, 2014b. p. 145-156.